



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA - CAEN
MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA

CHARNSCLEISON ZÓZIMO ARY DE VASCONCELOS

EVIDENCIAR E DISCUTIR SOBRE A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA
NO BRASIL A PARTIR DE 2001

FORTALEZA

2010

CHARNSCLEISON ZÓZIMO ARY DE VASCONCELOS

EVIDENCIAR E DISCUTIR SOBRE A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA
NO BRASIL A PARTIR DE 2001

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Economia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia.

Área de Concentração: Economia do Setor Público

Orientador: Prof. Dr. Flávio Ataliba F. D. Barreto

FORTALEZA

2010

V446e

Vasconcelos, Charnsclisson Zózimo Ary de

Evidenciar e discutir sobre a redução da desigualdade de renda no Brasil a partir de 2001 / Charnsclisson Zózimo Ary de Vasconcelos. 2010.

34 f.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Ataliba F. D. Barreto.

Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal do Ceará, Curso de Pós-Graduação em Economia, CAEN, Fortaleza-CE, 2010.

1. Pobreza 2. Desigualdade de Renda I. Título.

CDD 339.46

CHARNSCLEISON ZÓZIMO ARY DE VASCONCELOS

EVIDENCIAR E DISCUTIR SOBRE A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA
NO BRASIL A PARTIR DE 2001

Esta Dissertação foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Economia, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca do Curso de Pós-Graduação em Economia – CAEN da referida Universidade.

Dissertação aprovada em 29 de Março de 2010.

Prof. Dr. Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto (Orientador)
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. João Mário Santos de França
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Ricardo Brito Soares
Universidade Federal do Ceará

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS, a minha família em especial a minha esposa Gilvana, por ter me incentivado no decorrer do curso e também ao Professor Flávio Ataliba (Orientador) pela paciência e dedicação no árduo trabalho de orientação.

RESUMO

É inegável que o Brasil figura entre os países que apresentam os piores indicadores de renda do mundo. Além disso, uma grande parcela da população brasileira é incapaz de satisfazer as suas necessidades básicas e, isto, tende a contribuir para que o Brasil permaneça entre as economias mais desiguais do mundo. No entanto, a internacionalmente famosa desigualdade inercial brasileira, que ficou mais ou menos estagnada no período de 1970 a 2000, justificando, assim, esse seu título, começou a apresentar sinais de queda desde o início desta década. Esta dissertação buscará relatar e discutir sobre essa recente redução que os indicadores de desigualdade de renda estão apresentando nesta década, bem como seus principais determinantes. Dentre os fatores que contribuíram para acelerar a queda da desigualdade no Brasil nesta década destacam-se as transferências governamentais, que foram responsáveis por cerca de um terço da redução na desigualdade, o salário-mínimo que apresentou um papel importante na redução da desigualdade nos rendimentos do trabalho e gasto público.

Palavras-chave: desigualdade de renda, indicadores, transferências governamentais, salário mínimo.

ABSTRACT

There is no doubt that Brazil is among the countries with the worst indicators of income in the world. Moreover, a large portion of the Brazilian population is unable to meet their basic needs, and this tends to contribute to that Brazil remains among the most unequal economies in the world. However, the internationally renowned Brazilian inequality inertial, which was more or less stagnant in the period 1970 to 2000, thus justifying the title, began to show signs of decline since the beginning of this decade. This dissertation will seek to report and discuss the recent reduction that indicators of income inequality are presented in this decade, and its main determinants. Among the factors that contributed to hasten the fall of inequality in Brazil in this decade we highlight the government transfers, which accounted for about one-third reduction in inequality, the minimum wage which had an important role in reducing income inequality work and public spending.

Keywords: income inequality, indicators, government transfers, minimum wages.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Comparação entre Países: Índice de Gini (2009).	17
Tabela 2: Índice de Gini, 2001 e 2008.....	19
Tabela 3: Taxa de Variação do Índice de Gini, 2008 e 2001 para as Unidades da Federação...20	
Tabela 4: Determinantes imediatos da queda no grau de desigualdade na renda familiar <i>per capita</i>	26

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Curva de Lorenz.....	12
Gráfico 2: Evolução do Índice de Gini, período de 2001 a 2008.....	18
Gráfico 3: Razão entre a renda dos 20% mais Ricos e 20% mais Pobres.	21
Gráfico 4: Determinantes da queda no grau de desigualdade na renda familiar <i>per capita</i>	25
Gráfico 5: Coeficientes de Concentração entre 1995 – 2008.....	27

SUMÁRIO

Introdução.....	10
1 Índice de Gini	12
2 Revisão da Literatura.....	13
3 Fatos Estilizados Sobre a Desigualdade de Renda no Brasil.....	<u>17</u>
4 Determinantes da recente queda da desigualdade no Brasil.....	23
Considerações Finais	29

Introdução

A desigualdade de renda no Brasil é um dos temas de maior evidência em um grande número de pesquisas e artigos científicos. Há mais de quatro décadas, existem informações estatísticas disponíveis, coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e que têm sido utilizadas para analisar a evolução da distribuição de renda com o intuito de identificar os principais fatores que causam estas disparidades.

É inegável que o Brasil figura entre os países que apresentam os piores indicadores de renda do mundo. Além disso, uma grande parcela da população brasileira é incapaz de satisfazer as suas necessidades básicas e, isto, tende a contribuir para que o Brasil permaneça entre as economias mais desiguais do mundo. No entanto, a internacionalmente famosa desigualdade inercial brasileira, que ficou mais ou menos estagnada no período de 1970 a 2000, justificando, assim, esse seu título, começou a apresentar sinais de queda desde o início desta década.

Vale ressaltar que no Brasil, a maior concentração de renda se encontra no topo da pirâmide social, o que dificulta a sua medição através dos índices mais comuns como o percentil 90 e o percentil 10, doravante P90 e P10. Isso decorre em função da anormalidade da distribuição, uma vez que a metade pobre da população brasileira ganha em soma quase o mesmo valor (isto é, 12,5% da renda nacional), enquanto que os 1% mais ricos se apropriam de 13.3% da renda nacional.

O índice mais utilizado para mensurar a desigualdade de renda brasileira é o Coeficiente de Gini,¹ que em 2001, era de 0,594, melhor apenas que a Guatemala, Suazilândia, República Centro-Africana, Serra Leoa, Botsuana, Lesoto e Namíbia.

¹ O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini em 1912. Este coeficiente é comumente utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de renda. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (isto é, todos possuem a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (em que uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm).

A partir da década de 60, século XX, a concentração de renda permaneceu praticamente inalterada no Brasil, com seus índices oscilando entre as 10 últimas posições do mundo. Todavia, esta passa a dar sinais de queda desde o começo do século XXI.

Dos 74 países para os quais há informações sobre a evolução do Coeficiente de Gini ao longo da década de 90, século XX, menos de 25% foram capazes de reduzir a desigualdade de renda a uma velocidade superior à alcançada pelo Brasil no período 2001-2007 (IPEA, 2006).

Alcançada em 6 anos, a queda de 7% no Coeficiente de Gini (0,593 em 2001 e 0,552 em 2007) pode ser considerada uma das mais aceleradas do mundo (IPEA, 2006). Embora a queda recente ainda não seja a maior nem a mais prolongada dos últimos trinta anos, caso se mantenha, pode vir a se tornar um fato sem precedentes (BARROS et al, 2006).

Diante do exposto, esta dissertação buscará relatar e discutir sobre essa recente redução que os indicadores de desigualdade de renda estão apresentando nesta década, bem como seus principais determinantes.

Dando seqüência nesta pesquisa, o próximo capítulo se reserva a fazer uma revisão da literatura, sendo enumerados os principais resultados encontrados pelos pesquisadores da questão da desigualdade de renda no Brasil. No terceiro capítulo será listado o comportamento de alguns indicadores durante o período de 2001 a 2008, para que se possa empiricamente, traçar a trajetória da desigualdade de renda brasileira. Em seguida será realizada uma discussão em torno dos fatores responsáveis por essa redução na desigualdade. E, por fim, serão acrescentadas as considerações finais sobre o comportamento da desigualdade de renda no Brasil, principalmente, entre os anos de 2001 e 2008.

1 Índice de Gini

O Índice de Gini é uma das principais medidas utilizadas quando se deseja mensurar a questão da desigualdade, especialmente, quando esta é relacionada à renda. Diante disso, este capítulo se dedica a descrever como se calcula esta medida.

Para calcular o Índice de Gini, utiliza-se a curva de Lorenz, a qual se forma pela união dos pontos bi-dimensionais em um eixo (eixo y) tem a proporção acumulada da renda apropriada e no outro (eixo x) a proporção acumulada da população (HOLANDA, GOSSON, NOGUEIRA, 2006).

Quando a distribuição é perfeita, a curva de Lorenz se confunde com a linha de 45°, logo α é igual a zero e, conseqüentemente, o valor do índice é zero. À medida que ocorre imperfeições na distribuição, α se aproxima de $\alpha + \beta$, e o valor do índice tende a 1. Portanto, para o cálculo do índice de Gini, utiliza a seguinte formulação:

$$\text{Índice de Gini} = \frac{\alpha}{\alpha + \beta}$$

Sendo α a área acima da curva de Lorenz e abaixo da linha de 45°, enquanto o β é a área abaixo da curva de Lorenz.

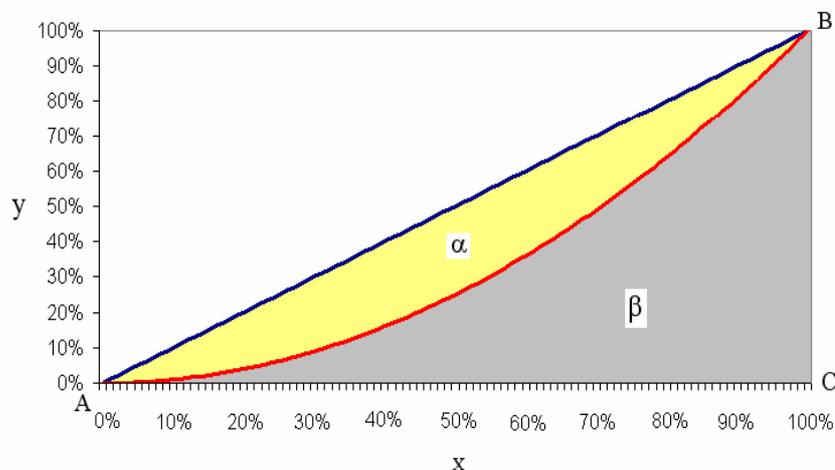


Gráfico 1: Curva de Lorenz.
Fonte: Holanda, Gosson e Nogueira (2006).

2 Revisão da Literatura

Após o estímulo provido pelos trabalhos pioneiros na área da desigualdade de renda no Brasil realizados por Fishlow (1972) e Hoffmann e Duarte (1972), o Brasil assistiu a uma grande proliferação de estudos sobre a sua desigualdade de renda no intuito de buscar soluções para este grave problema.

O Brasil por ser um dos países com mais alto grau de desigualdade está entre aqueles no qual o crescimento econômico é menos necessário para reduções na pobreza (BARROS e MENDONÇA, 1997). Dado o elevado grau de desigualdade, é possível reduzir drasticamente a pobreza sem crescimento econômico, simplesmente fazendo com que o grau de desigualdade no Brasil seja próximo daquele observado para um país latino-americano típico.

A desigualdade decorre de quatro grupos de fatores: os atributos natos, as características adquiridas, o mercado de trabalho e as escolhas individuais. O primeiro pode-se dizer que é natural, uma vez que este decorre da diferença entre cada indivíduo, com relação aos seus atributos natos, tais como raça, gênero e origem social.

O segundo grupo decorre das características adquiridas de cada indivíduo com relação ao meio em que ele está inserido. A educação que ele adquire ao longo do tempo é um fator que tende a reforçar a desigualdade, na medida em que o acesso a ela não ocorre de maneira democrática. Desta ainda deriva a experiência e as oportunidades de crescimento profissional que surgem em função do meio, também contribuem para o aumento da desigualdade.

O mercado de trabalho, segmentação, discriminação e falta de acesso, se enquadra no terceiro grupo, uma vez que neste ainda, existe discriminação em função das características de cada indivíduo, tanto as naturais como as adquiridas. Como a remuneração do mercado de trabalho ocorre de maneira diferente para os diferentes, isto também tende a contribuir para a desigualdade. E, por fim, o indivíduo passa por decisões tomadas, tais como formação da família, número de filhos, escolha do local de morada, convivência social, etc. (FERREIRA, 2003).

No Brasil, um fato econômico bastante significativo que se desenvolveu de modo, praticamente, imperceptível durante as décadas de 1950 e 1960 e que tomou forma preocupante durante as três últimas décadas do século XX, foi a inflação.

Durante a década de 1980, por exemplo, a economia brasileira experimentou durante alguns anos momentos de hiperinflação, o que contribuiu de forma intensa para o aumento da desigualdade e da distribuição de renda, atingindo seu maior pico em 1989, último ano do governo Sarney. Neste ano, o índice de Gini atingiu 0,630 (IBGE, 1997).

De acordo com Hoffmann (2001) esse fato colocava o país como o mais desigual entre todas as economias do mundo, isto para aquelas que possuem dados confiáveis sobre distribuição de renda.

A literatura expõe uma correlação positiva entre inflação e desigualdade. Não obstante, Hoffmann (1995, 1998) argumenta que a inflação cria distorções entre os valores nominal e real, o que contribui para o aumento das medidas de desigualdades.

Ainda, contextualizando a economia brasileira, vale destacar que em 1993, estando a inflação elevada a distribuição de renda (representada pelo índice de Gini) de todas as fontes das pessoas economicamente ativas com rendimento positivo era igual a 0,605, enquanto que em 1999 caiu para 0,572, um valor semelhante ao de 1970.

Na atual década, este tema voltou a ficar em evidência, talvez com o objetivo de avaliar os vários programas assistencialistas do atual Governo, sendo unanimidade entre os pesquisadores desta área, que principalmente a partir de 2001, os índices de desigualdade de renda no Brasil vêm decrescendo de maneira considerável. Portanto, com o intuito de evidenciar tais afirmações, esta seção sintetizará os principais resultados formulados pelos principais pesquisadores da questão da desigualdade de renda no Brasil.

Barros, Henriques e Mendonça (2001) realizaram uma descrição empírica exaustiva da estrutura da desigualdade no Brasil além de sugerirem os marcos referenciais para a construção de estratégias consistentes de combate à desigualdade. Os autores entenderam que o Brasil, no limiar do século XXI, é um país extremamente injusto e desigual e reconheceram, ainda, a importância crucial de estimular políticas de crescimento para alimentar a dinâmica econômica e social do país. No entanto, eles concluíram que, a redução da desigualdade deve ser utilizada como estratégia fundamental no combate à pobreza.

Hoffmann (2006) utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), para analisar, inicialmente, a redução da desigualdade de distribuição da renda no Brasil, verificou que a desigualdade do rendimento domiciliar *per capita* (RDPC), assim como outras medidas de desigualdade, decresceu mais acentuadamente apenas a partir de 2001. No entanto, a RDPC apresentou um aumento entre 2004 e 2005, mesmo assim, este indicador manteve-se em um patamar inferior, quando comparado com o ano de 2001. Na outra cauda da distribuição, a percentagem de pessoas com RDPC maior do que R\$ 2.000 (em valores de agosto de 2006) manteve a mesma nos dois anos (3,1%).

Barros et. al (2007) também documentaram a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. Neste estudo, os autores também verificaram que a partir de 2001, a desigualdade de renda no Brasil começou a declinar de forma acentuada e contínua, onde, uma das medidas mais utilizadas, o coeficiente de Gini, declinou 4,6%, passando de 0,594, em 2001, para 0,566 em 2005. No entanto, constataram que mesmo no ritmo acelerado com que a desigualdade vem se reduzindo, o país ultrapassou apenas 5% dos países no ranking de desigualdade, e que, ainda seriam necessários mais de 20 anos, para que o Brasil atingisse um nível similar ao da média dos países com maior grau de desenvolvimento. Mostraram ainda que as estimativas obtidas sobre a queda recente da desigualdade de renda independem da medida de desigualdade, da existência de economias de escala ou de necessidades diferenciadas de crianças, de adultos e de idosos, e são estatisticamente significativas.

Neri (2006) concluiu que a partir de 2001, a desigualdade de renda brasileira declinou para os níveis mais baixos dos últimos 30 anos. O autor ainda afirma que, da mesma forma que a década anterior foi a da estabilização da inflação, a atual está sendo, até agora, a da redução da desigualdade de renda, fato este explicado pela expansão dos programas de transferência de renda, amortecendo, assim, as conseqüências sociais de uma maior instabilidade externa, bem como as tendências internas de baixo crescimento observadas.

De acordo com Soares (2006), o ano de 2004 foi o que apresentou a menor desigualdade de renda no período 1976-2004 para quatro medidas: Theil T, Gini, razão 10/40 e razão 20/20. O autor realizou ainda uma decomposição do coeficiente de Gini segundo fontes de renda, e verificou que os programas de transferência de renda, tais como Bolsa Família, são responsáveis por um quarto ($\frac{1}{4}$) da queda da desigualdade entre 1995 e 2004, sendo que os outros três quartos ($\frac{3}{4}$) são derivados da redução na desigualdade nos rendimentos do trabalho.

Corroborando com Soares (2006), Medeiros (2008) realizou uma análise sobre a recente redução da desigualdade de renda no Brasil, utilizando dados da PNAD. E verificou que a principal razão para a redução da desigualdade de renda domiciliar *per capita* entre 2001 e 2006 (redução de 3,5 pontos percentuais neste período) foi o declínio da desigualdade do rendimento do trabalho, seguido pela expansão dos programas oficiais de auxílio.

Vale salientar que muitos pesquisadores estão pesquisando a questão da desigualdade de renda para tentar solucionar a questão da pobreza. Bouguignon (2003) e Lopez & Serven (2004), por exemplo, apontaram que a desigualdade é um elemento fundamental para reduzir a pobreza e que crescimento econômico por si só pode não ser um elemento importante nesse processo.

Santos e Dulci (2008) citaram três maneiras teóricas consagradas de se buscar reduzir a pobreza: a redução populacional com a conseqüente redução do número absoluto de pobres, o crescimento econômico com a expectativa de uma melhora geral da situação econômica da população e a redução da desigualdade devido a programas ou políticas centralizadas de transferências diretas ou indiretas de renda. Os autores concluíram que as duas últimas devem existir embora, racionalmente equilibradas; ou seja, não se pode assistir novamente a outro “milagre” sem que haja distribuição de renda.

Após este passeio pela literatura especializada, é pertinente investigar alguns fatos estilizados que tende a ajudar na explicação da recente queda da desigualdade de renda brasileira.

3 Fatos Estilizados Sobre a Desigualdade de Renda no Brasil

Neste capítulo serão apresentados alguns indicadores referentes à questão da desigualdade de renda no Brasil no intuito de ratificar os resultados relatados no capítulo anterior. Os dados que serão utilizados referem-se ao índice de Gini e à razão de renda entre parcelas mais ricas e mais pobres durante o período de 2001 a 2008.

Atualmente uma das grandes discussões de política mundial têm sido o alerta sobre a pobreza e, principalmente, a desigualdade de renda. O Brasil apesar de apresentar sinais de que está tentando superar seus números negativos, ainda figura entre os países mais desiguais do mundo como pode ser observado pela Tabela 1.

Tabela 1: Comparação entre Países: Índice de Gini (2009).

Países	Índice de Gini (%)
Brasil	55.0
Noruega	25.8
Austrália	35.2
Canadá	32.6
Suécia	25.0
Dinamarca	24.7
Argentina	46.2
Chile	52.0
México	48.1
Uruguai	46.2
Venezuela	43.4
Jamaica	45.5
El Salvador	49.7
Honduras	55.3
África do Sul	57.8
Angola	58.6
Gana	42.8
Camarões	44.6
Nigéria	42.9
Índia	36.8
Mongólia	33.0
Vietnã	37.8

Fonte: PNUD (2009).

Conforme a Tabela 1 pode-se dizer que em termos de desigualdade de renda, o Brasil figura entre aqueles que apresentam os piores indicadores, tais como os países africanos e, ainda, deixa a desejar quando comparado aos países vizinhos das Américas do Sul e Central. Além do mais, se encontra bem distante dos países com melhores indicadores de desenvolvimento como, por exemplo, os países europeus.

O Gráfico 2 apresenta a evolução do Índice de Gini, para a renda domiciliar *per capita* no Brasil e suas macro-regiões. De acordo com este gráfico, verifica-se que o coeficiente de Gini vem apresentando uma redução sistemática a partir de 2001 tanto para o Brasil quanto para suas regiões. No entanto, vale salientar que, apesar da trajetória decrescente, o índice de Gini, ainda, apresenta um valor consideravelmente elevado, acima de 0,5 para todas as macro-regiões brasileiras, com exceção da região Sul em 2008.

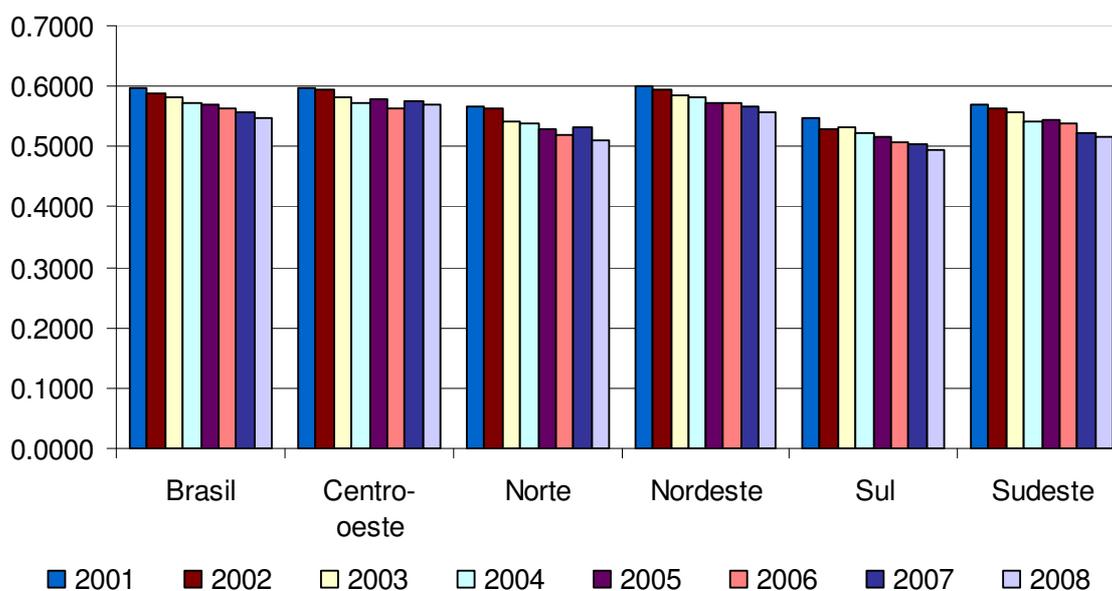


Gráfico 2: Evolução do Índice de Gini, período de 2001 a 2008.
Fonte: IPEADATA.

Em relação às regiões, constata-se que apesar de todas elas estarem apresentando melhorias significativas, as regiões Nordeste e Centro-Oeste apresentam coeficientes de Gini em patamares mais elevados, indicando que, nestas duas regiões a desigualdade de renda é bem mais acentuada. Por sua vez, as regiões Sul e Sudeste apresentam as melhores condições em termos de distribuição de renda do país. Vale ressaltar que estas duas regiões também apresentam os maiores níveis de renda *per capita* do país.

A Tabela 2, por sua vez, reporta ao Índice de Gini para os anos de 2001 e 2008, assim como sua taxa de variação ² para o Brasil e suas macro-regiões. Vale destacar que quanto menor o Gini, menor a desigualdade. Com isso, uma variação negativa desse índice expressa a redução da desigualdade de renda.

Tabela 2: Índice de Gini, 2001 e 2008.

Localidade	2001	2008	Taxa de variação
Centro-oeste	60.22	57.00	-5.34706
Norte	58.03	51.99	-10.4084
Nordeste	61.10	56.56	-7.43044
Sul	55.16	49.61	-10.0616
Sudeste	57.14	51.84	-9.27546
Brasil	60.13	55.04	-8.46499

Fonte: Elaborada pelo autor.

Note que, em 2001, a região Nordeste era a mais desigual, seguida pela região Centro-Oeste, no entanto, em 2008, esta última superou a região Nordeste. Este avanço da região Nordeste decorre em função da taxa de variação ser superior a do Centro-Oeste.

Em termos de redução, vale destacar que a região Norte apresentou a maior taxa de redução da desigualdade de renda e, por conseguinte, terminou 2008 com o Índice de Gini muito próximo da região Sudeste. Não obstante, a desigualdade de renda nestas regiões, assim como no Sul, são inferiores as apresentadas pelo Brasil.

De uma maneira geral, percebe-se que está havendo uma redução na desigualdade de renda em todas as macro-regiões brasileiras, porém a taxas diferem. Isso pode ser mais bem explorado pela Tabela 3, haja vista que esta reporta a taxa de variação para as Unidades Federadas.

Note que, em 2001 as UFs com piores desigualdades de renda são Acre, Distrito Federal, Pernambuco, Ceará e Alagoas; enquanto que em 2008, os cinco piores são o Distrito Federal, seguido pelos estados nordestinos da Paraíba, Alagoas, Piauí e Pernambuco. Diante disso, percebe-se que, as UFs da região nordeste figuram entre os estados com as maiores

² A diferença percentual é calculada pela seguinte expressão: $\Delta GINI = \left[\left(\frac{GINI_{2008} - GINI_{2001}}{GINI_{2001}} \right) * 100 \right]$.

desigualdades de renda. Não obstante, Pernambuco e Alagoas aparecem nestes dois anos como as piores distribuições de renda, assim como o Distrito Federal.

Tabela 3: Taxa de Variação do Índice de Gini, 2008 e 2001 para as Unidades da Federação.

Unidade da Federação	2001	2008	2008-2001
Acre	0.624851	0.555748	-11.059
Alagoas	0.607187	0.582785	-4.01886
Amazonas	0.575739	0.511381	-11.1784
Amapá	0.475553	0.450562	-5.25505
Bahia	0.593808	0.559704	-5.74322
Ceará	0.612426	0.539223	-11.953
Distrito Federal	0.624843	0.621706	-0.50208
Espírito Santo	0.593968	0.521005	-12.284
Goiás	0.567351	0.513593	-9.47516
Maranhão	0.574241	0.521494	-9.1855
Minas Gerais	0.560506	0.515269	-8.07063
Mato Grosso do Sul	0.570944	0.529098	-7.32926
Mato Grosso	0.570912	0.543781	-4.75232
Pará	0.550997	0.497234	-9.75753
Paraíba	0.596613	0.586593	-1.67943
Pernambuco	0.616696	0.566067	-8.20962
Piauí	0.598447	0.573832	-4.11319
Paraná	0.566067	0.502648	-11.2035
Rio de Janeiro	0.571909	0.539931	-5.59136
Rio Grande do Norte	0.581901	0.550868	-5.333
Rondônia	0.548445	0.500006	-8.83216
Roraima	0.537847	0.53104	-1.26577
Rio Grande do Sul	0.554178	0.504538	-8.95739
Santa Catarina	0.497499	0.464916	-6.54947
Sergipe	0.571433	0.539152	-5.64925
São Paulo	0.553392	0.501987	-9.28906
Tocantins	0.599244	0.543763	-9.25849

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações do IBGE.

Esses resultados estão em consonância com as taxas de reduções da desigualdade na qual a regiões Nordeste e Centro-Oeste figuram entre as maiores desigualdades de renda, e com as menores taxas de redução observada entre 2001 e 2008.

Em relação às taxas de variações, verifica-se que o estado do Espírito Santo apresentou a maior redução da desigualdade de renda, (12.284), seguido pelo Ceará (11.953), Paraná (11.2035), Amazonas (11.1784) e Acre (11.059). No outro extremo, com a menor redução da desigualdade está o Distrito Federal (0.50208), Roraima (1.26577), Paraíba (1.67943), Alagoas (4.01886) e Piauí (4.11319).

Em relação à variação da desigualdade de renda entre as UFs durante os anos de 2001 e 2008, verifica-se que, praticamente, todas as UFs incorreram em redução da desigualdade,

assim como ocorreu entre as macro-regiões. Contudo, observa-se que não houve uma redução homogênea e, isto deve ter acontecido em função das disparidades regionais, assim como da eficácia de determinadas políticas em consonância com estas disparidades.

O Gráfico 3 reporta a evolução da razão entre a renda da parcela dos 20% mais ricos e 20% mais pobres da população brasileira, bem como de suas macro-regiões. Verifica-se, ainda, uma trajetória descendente deste indicador para o período de 2001 a 2008, indicando que, as disparidades entre as rendas destas duas parcelas da população estão diminuindo nos últimos anos.

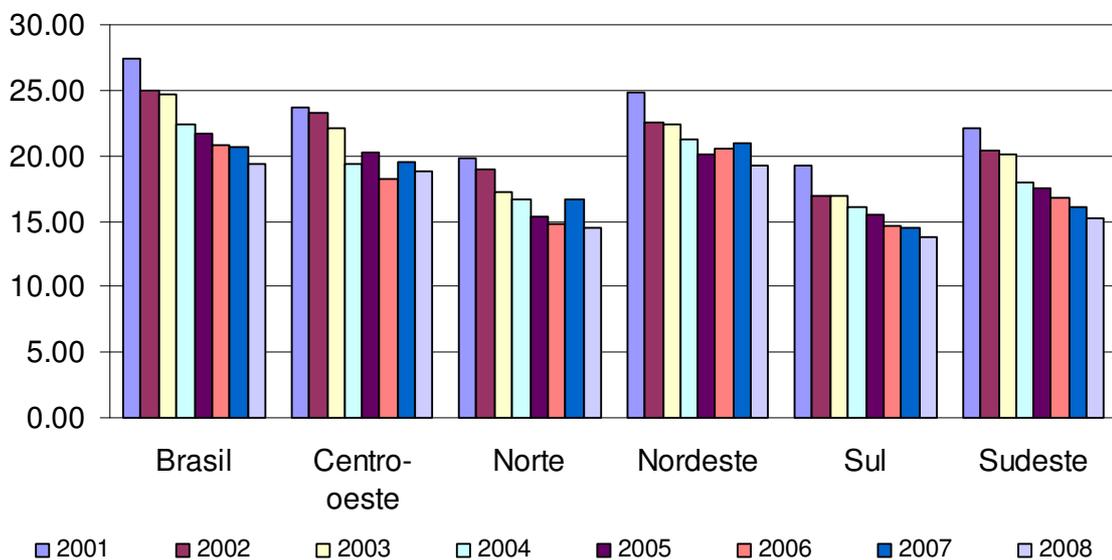


Gráfico 3: Razão entre a renda dos 20% mais Ricos e 20% mais Pobres.
Fonte: IPEADATA.

No caso do Brasil, a razão entre a renda dos 20% mais ricos e 20% mais pobres era de 27.47 em 2001, já em 2008, esta razão passou para 19.31 (redução de 29.7%). Em relação às regiões, verifica-se que, o Nordeste é a região que apresenta a maior diferença entre a renda dos 20% mais ricos e 20% mais pobres. Em 2001, essa razão era de 24.81 mudando para 19.24 em 2008 (redução de 22.45%). Por sua vez, a região Sul é a que apresenta o menor valor para este indicador, dado que, em 2001 a razão era de 19.28, e em 2008, reduz-se para 13.81 (redução de 28.36%). Percebe-se que mesmo já estando em uma melhor situação, a região Sul ainda apresenta uma maior redução durante o período analisado, fato que acentua ainda mais, as disparidades de renda entre estas duas regiões.

Em conformidade com o IPEA (2007) a redução da desigualdade decorre da capacidade efetiva de geração de renda dos adultos na família. Isto acontece em função da renda oriunda do trabalho, associação entre a renda derivada do trabalho e do não trabalho.

Em relação à renda do trabalho vale destacar o aumento na produtividade do trabalho e das reduções nas imperfeições do mercado de trabalho. Em termos de aumento de produtividade, isto deriva tanto do aumento da escolaridade quanto da qualidade dos trabalhadores.

Em relação às imperfeições do mercado de trabalho, as quais derivam basicamente da discriminação racial, por gênero, da segmentação geográfica (entre urbana e rural) e de mercado (formal e informal).

Raimundo Filho (2010) verificou a partir da decomposição do índice de Gini que o rendimento de todos os trabalhos, incluindo salários e remuneração de trabalhadores por conta própria e empregados possuem a maior participação na renda familiar *per capita*. No entanto, esta participação diminuiu em 2008 quando comparado a 2001. Por conseguinte, para reduzir a desigualdade de renda no Brasil e suas regiões, o autor argumenta a favor da diminuição das imperfeições (discriminação por gênero, raça, localização) do mercado de trabalho.

Por outro lado, a renda não derivada do trabalho depende quase que exclusivamente das políticas de transferências de renda como, por exemplo, o programa Bolsa Família, assim como os programas de inclusão previdenciária, os quais contemplam as pensões e aposentadorias.

No tocante as aposentadorias e pensões, Hoffman (2006) argumenta que estas constituem um “freio” para a redução da desigualdade, uma vez que a razão de concentração permanece elevada em 2008 quando comparada a 2001.

4 Determinantes da recente queda da desigualdade no Brasil

Embora os indicadores acima apresentados revelem uma forte redução da desigualdade de renda no Brasil, faz-se necessário discutir os principais fatores que geraram essa trajetória decrescente ao longo desta década.

O Gráfico 4 descreve de forma sintetizada a análise feita em Herrán (2005) e Barros et al. (2004) sobre os principais fatores determinantes da redução recente da desigualdade de renda no Brasil.

Essa análise é feita a partir da idéia de que a desigualdade é ocasionada por todos os fatores que fazem com que uma família tenha uma renda distinta da outra. Para isso, os autores citados consideram que a renda familiar *per capita* será explicada por características demográficas da família, da renda dos adultos derivada do trabalho e de não trabalho (ativos financeiros e transferências).

A renda do trabalho dependerá da proporção de adultos ocupados na família e da sua remuneração, que por sua vez, depende da produtividade de cada um deles. Essa produtividade será considerada a partir de particularidades do mercado de trabalho e da qualidade dos postos de trabalho. Não obstante, o acesso ao mercado de trabalho também contribui de maneira positiva para a queda da desigualdade de renda brasileira.

Ao analisar os fatores demográficos, observa-se que quanto maior for à renda dos adultos, e menor a quantidade de pessoas para compartilhar esse valor, maior será a renda familiar *per capita*. Dessa forma os autores se utilizam da proporção de adultos como variável para captar como os fatores demográficos afetam a renda familiar *per capita*.

Quando se analisa a participação dos rendimentos de ativos na composição da renda das famílias brasileiras, observa-se uma forte concentração destes nas famílias mais ricas. Hérran (2005) destaca que, apesar de representarem apenas 3% da renda das famílias, cerca de 10% da desigualdade de renda é gerado pelo acesso desigual aos rendimentos de ativos.

Ao considerar as condições do mercado de trabalho destaca-se a importância do acesso ao trabalho, já que com ele os agentes auferem renda do trabalho, e a forma como esse

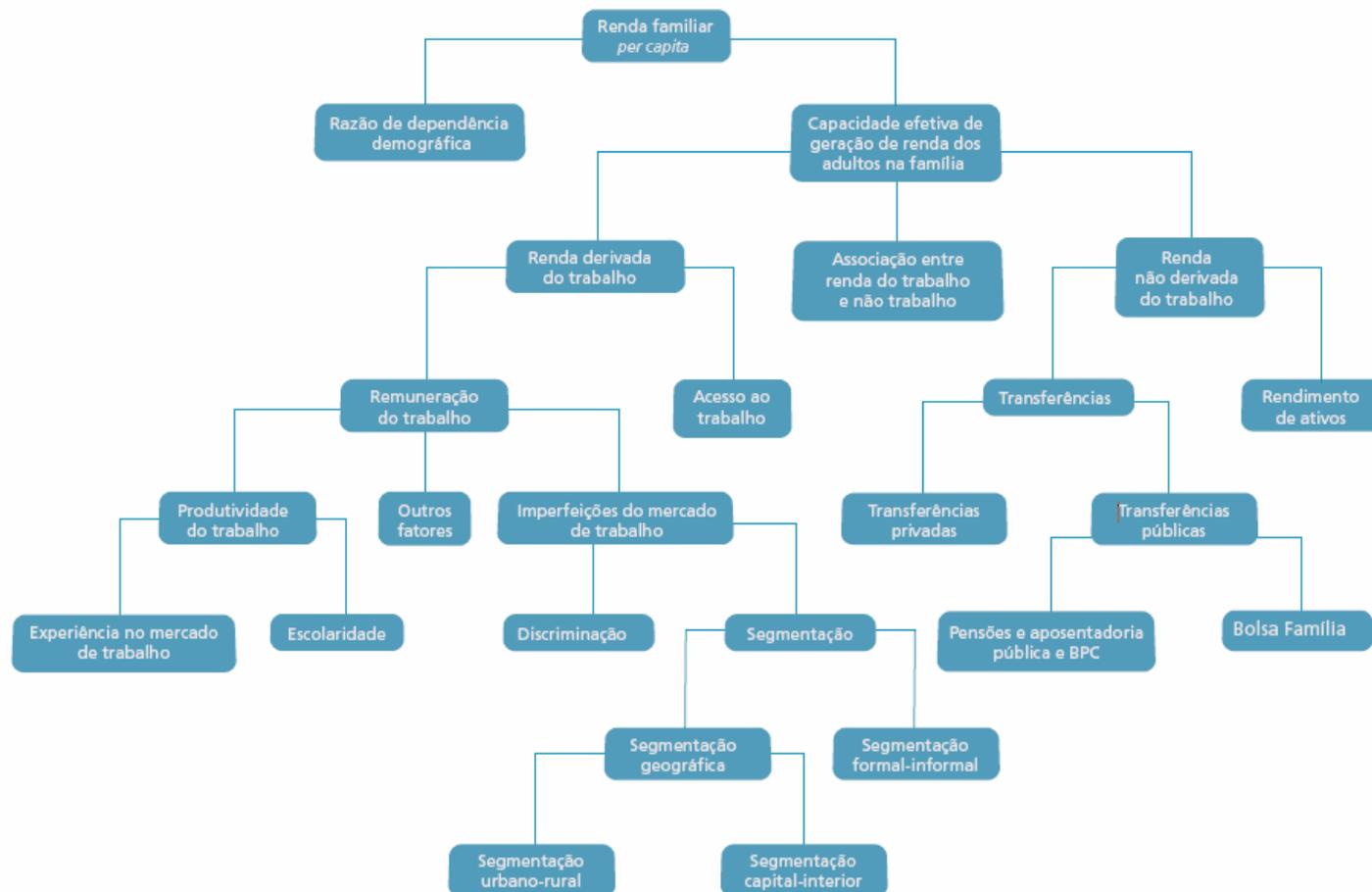
mercado remunera os trabalhadores. Há de se ressaltar, ainda, que a renda do trabalho é um dos fatores de maior impacto na desigualdade de renda observada no Brasil (BARROS et al, 2007). No entanto, as evidências sugerem que esse diferencial não é gerado pelo mercado de trabalho e, sim, por atributos intrínsecos ao ser, bem como níveis de experiência que impactam na produtividade dos trabalhadores.

O Quadro 1 apresenta uma síntese dos resultados encontrados por Herrán (2005) e por Barros et al (2006) na tentativa de mensurar a participação de cada fator acima citado na redução da desigualdade no Brasil entre 2001 e 2004.

Os autores analisam prioritariamente as transformações demográficas, as transferências públicas e privadas, a criação de postos de trabalho, a redução das desigualdades educacionais e a maior integração do mercado de trabalho.

Observa-se que as transformações demográficas, o aumento da taxa de participação bem como a queda recente da taxa de desemprego contribuíram, ainda que discretamente, para a recente queda na desigualdade de renda no Brasil. No entanto, os principais determinantes estão associados ao comportamento das transferências governamentais e na composição da renda do trabalho.

Vale ressaltar que no tocante a remuneração do trabalho se encontra como um dos fatores, a produtividade do trabalho. Sendo que esta é afetada tanto pela experiência no mercado de trabalho quanto pela escolaridade. Todavia, a escolaridade como muitos autores argumentam, é o principal mecanismo de redução de desigualdade, uma vez que capacita o trabalhador e, proporciona a ele melhores oportunidades de trabalho, seguida de maior remuneração.

Gráfico 4: Determinantes da queda no grau de desigualdade na renda familiar *per capita*.

Fonte: Herrán (2005) e Barros et al. (2004).

Na última década observou-se um forte aumento das transferências de renda por parte do governo brasileiro. O estudo desenvolvido por Barros et al (2006) que as transferências públicas foram responsáveis por 30% (dos 35% da participação das transferências) da participação da capacidade efetiva de geração de renda dos adultos. Isto faz com que a renda dos adultos ³, tenha impacto de maneira positiva sobre a redução da desigualdade de renda. No tocante aos percentuais, 16% são atribuídos a pensões e aposentadorias públicas, enquanto os outros 14% são, praticamente, derivados do maior programa de transferência do governo federal, conhecido como Bolsa Família. ⁴

Tabela 4: Determinantes imediatos da queda no grau de desigualdade na renda familiar *per capita*.

Determinantes	Grau da Contribuição
1. Razão de Dependência Demográfica	2%
2. Capacidade Efetiva de Geração de Renda dos Adultos na Família	99%
2.1. Renda Derivada do Trabalho	50%
2.1.1 Remuneração do Trabalho	45%
2.1.1.1. Produtividade do Trabalho	18%
2.1.1.1.1. Experiência no Mercado de Trabalho	2%
2.1.1.1.2. Escolaridade	16%
2.1.1.2. Outros Fatores	14%
2.1.1.3. Imperfeições do Mercado de Trabalho	13%
2.1.1.3.1. Discriminação	1%
2.1.1.3.2. Segmentação	12%
2.1.1.3.2.1. Segmentação Geográfica	16%
2.1.1.3.2.1.1. Segmentação Urbano-Rural	5%
2.1.1.3.2.1.2. Segmentação Capital-Interior	11%
2.1.1.3.2.2. Segmentação Formal-Informal	5%
2.1.2. Acesso ao Trabalho	3%
2.2. Associação entre Renda do Trabalho e não Trabalho	15%
2.3. Renda não Derivada do Trabalho	35%
2.3.1. Rendimento de Ativos	1%
2.3.2. Transferências	34%
2.3.2.1. Transferências Privadas	4%
2.3.2.2. Transferências Públicas	30%
2.3.2.2.1. Pensões e Aposentadoria Pública e BPC	16%
2.3.2.2.2. Bolsa Família	14%

Fonte: Barros et al. (2006).

³ Que é responsável por 99% dos fatos geradores da redução da desigualdade de renda.

⁴ O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades (**Educação:** frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e mínima de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos; **Saúde:** acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de 7 anos; e pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutrizes na faixa etária de 14 a 44 anos; e **Assistência Social:** frequência mínima de 85% da carga horária relativa aos serviços socioeducativos para crianças e adolescentes de até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70 a R\$ 140) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70), de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.

Considerado as imperfeições no mercado trabalho, segmentação e discriminação, observa-se uma participação discreta desta última no mercado de trabalho sobre a desigualdade de renda. Entretanto, a segmentação geográfica (entre urbano-rural e capital-interior) apresentou um forte impacto na desigualdade dos rendimentos provocado pelas imperfeições no mercado de trabalho; ou seja, uma forte integração no mercado de trabalho entre capitais e municípios do interior.

Outro tipo de segmentação que também contribui para esta queda recente da desigualdade, diz respeito à informalidade; ou seja, a segmentação entre a formalidade e informalidade no mercado de trabalho brasileiro.

Em relatório divulgado em 2009, o IPEA também descreve os dados acima relatados utilizando uma decomposição fatorial do índice de Gini⁵. Uma síntese dessa análise pode ser verificada no Gráfico 5.

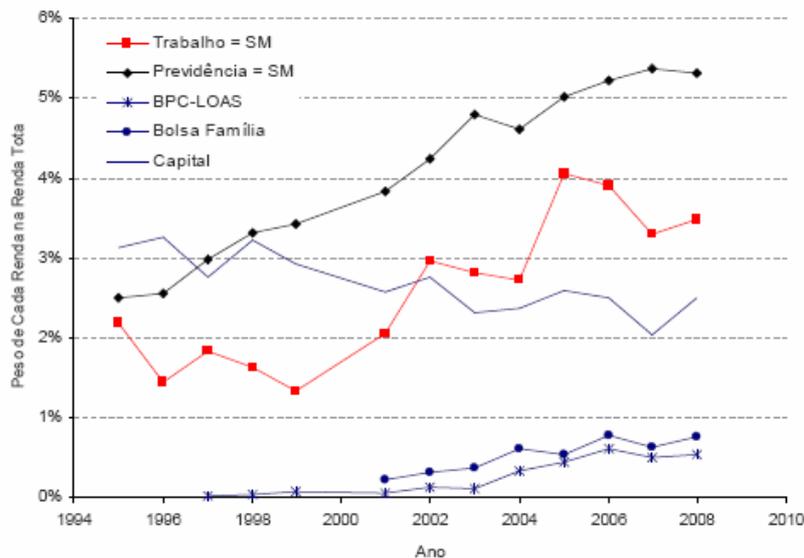


Gráfico 5: Coeficientes de Concentração entre 1995 – 2008.
Fonte: IPEA (2009).

⁵ É possível atribuir à evolução de cada fonte de renda uma parcela do crédito da redução da desigualdade. Isto é possível porque o Coeficiente de Gini é a soma ponderada de uma medida de progressividade de renda, chamada Coeficiente de Concentração, de cada componente da renda. Matematicamente, a expressão é: $G = \sum_k c_k \phi_k$; sendo que G representa o Coeficiente de Gini, c_k o Coeficiente de Concentração da renda k e ϕ_k o peso da renda k na renda total.

Os resultados mostram que a participação das rendas mais progressivas, o BPCLOAS e, principalmente, o Bolsa Família, aumentou de zero para algo próximo de 1%. A participação da renda do trabalho igual a um salário mínimo (Trabalho SM) aumentou de 2% para quase 4%, e a participação das aposentadorias de pensões indexadas ao mínimo foi menos que 3% para mais que 5% (Previdência SM). As fatias destas rendas todas no bolo distributivo aumentaram de menos que 5% em 1999 para mais que 10% em 2008.

Ante o exposto, verifica-se que os fatores que mais contribuíram para a recente queda de desigualdade de renda no Brasil, 2001 a 2008, foram a remuneração do trabalho e a renda não derivada do trabalho (programas de transferências de renda). Contudo, como alguns autores argumentam o mecanismo mais eficaz para reduzir a pobreza no Brasil decorre por meio das políticas de redução da desigualdade de renda (COELHO, 2009; SANTOS, 2008).

Considerações Finais

Esta pesquisa se enveredou por desenvolver uma análise com o propósito de apresentar argumentos sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. Para isso, foi selecionado o período de 2001 a 2008, e utilizou-se como medida de desigualdade de renda, o Índice de Gini, e dados de renda familiar *per capita* para descrever os determinantes da acentuada queda nos indicadores de desigualdade.

As informações sobre o coeficiente de desigualdade de renda foram extraídas do IBGE, que se utilizou da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD) para fazer este levantamento.

Vale ressaltar que a desigualdade de renda tem se constituído em um problema de elevada magnitude e, por isso, é importante verificar, além dos fatos estilizados o que tem impactado esta queda recente na desigualdade brasileira para que a partir disso, os gestores públicos possam elaborar políticas mais eficazes no combate a este grave problema.

Não obstante, a gênese da desigualdade no Brasil decorre dos fatores de produção (terra, capital e trabalho) que originam, respectivamente, renda, lucros e salários, também tem uma grande importância no que é conhecido como distribuição funcional da renda. E a forma como ocorreu esta distribuição funcional da renda, pode-se dizer que ruminou em uma distorção de tal ordem que hoje se constitui um problema central na economia brasileira.

A concentração de renda tem um significado muito mais amplo não restrito apenas a questão da renda. As evidências apresentadas nesse estudo sugerem que a maior parte desta concentração de renda está ligada principalmente à desigualdade no acesso à educação e ao mercado de trabalho.

Estes fatores, como explicitados anteriormente, devem ser a prioridade daqueles que formulam políticas públicas já que a maior proporção da queda recente da desigualdade teve como principais atores as diferenças nos níveis educacionais, que refletem produtividade, e as condições da dinâmica do mercado de trabalho. Esta dinâmica reflete a diminuição da distância entre oportunidades de trabalho, principalmente quando se considera a distribuição espacial entre capitais e os municípios interioranos.

Além disso, o governo pode minimizar os efeitos causados pela desigualdade de renda atuando por meio de duas vertentes em sua política fiscal: sistema tributário e gastos públicos.

Como a renda disponível para os agentes econômicos pode ser dada pela soma da totalidade da renda da família menos os impostos, seria necessário considerar profundas alterações no sistema tributário brasileiro no sentido de torná-lo mais eficiente e, principalmente, mais progressivo. Haja vista que quanto mais os impostos incidirem sobre os ricos, menor será o grau de desigualdade de renda sem a necessidade de aumentar a carga tributária.

O gasto público também pode ser um importante instrumento para atacar esse problema. É fundamental elevar sua eficiência e eficácia, assim como aumentar a prioridade no atendimento aos mais pobres. O aumento da eficiência do gasto público permitirá uma expansão na disponibilidade de serviços (saúde, educação, saneamento básico etc.), ou melhorar sua qualidade, contando com os mesmos recursos já disponíveis. Isto tende a elevar o impacto desses serviços sobre o bem-estar da população atendida.

Além disso, a prioridade aos mais pobres permitirá alcançar quedas mais acentuadas nos níveis de pobreza e desigualdade. Vale ressaltar, contudo, que priorizar os mais pobres não significa apenas lhes garantir acesso prioritário aos programas sociais já existentes, mas garantir que os fatores que geram a desigualdade sejam atenuados.

As transferências governamentais foram responsáveis por cerca de um terço da redução na desigualdade de renda e, ainda é possível aumentar sua progressividade para que continuem agindo para gerar uma sociedade mais justa e não mais para reproduzir desigualdades, que é o que ocorreu nas cinco décadas antes do final dos anos noventa.

O mercado de trabalho é responsável por aproximadamente 75% da renda das famílias, medida pela PNAD, logo o que ocorre com os rendimentos do trabalho é de fundamental importância para a renda domiciliar *per capita*.

O salário-mínimo apresentou um papel importante na redução da desigualdade nos rendimentos do trabalho, mas certamente maiores investigações sobre este tema é necessário. No entanto, a redução da desigualdade dos rendimentos do trabalho diferentes de um salário-mínimo foi responsável por nada menos que 45% de toda a queda do Coeficiente de Gini de 2001 até 2008.

De uma maneira geral, pode-se dizer que as notícias distributivas são extremamente positivas, mas apontam para a necessidade de aprofundar as políticas públicas para a melhoria

da distribuição de renda. O Coeficiente de Gini continua caindo, mas ainda falta muito para que a distribuição de renda no Brasil atinja os patamares dos países desenvolvidos. Para isso, é necessário compreender a dinâmica por trás deste fenômeno de redução na desigualdade e apontar políticas para que a mesma se mantenha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, F. A. F. D.; MANSO, C. A.; FRANÇA, J. M. S.; OLIVEIRA, V. H. **O que mais Impacta na Redução da Pobreza: é o Crescimento da Renda ou Redução da Desigualdade?** Estimativas para as Regiões Brasileiras. LEP/CAEN/UFC. Ensaio sobre a Pobreza, n. 16, 2009.

BARRETO, F. A. F. D., MANSO, C. A.; SANTOS, J. A. S. **O Mapa da Extrema Indigência no Ceará e o Custo Financeiro de sua Extinção.** LEP/CAEN/UFC. Relatório de Pesquisa, n. 05, 2009.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. Uma Análise das Principais Causas da Queda Recente na Desigualdade de Renda Brasileira. **Econômica**, v. 8, n. 1, p. 117–147, 2006.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. **Impacto do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza.** IPEA, Texto para Discussão n. 528, 1997.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil.** IPEA, Texto para Discussão, n. 800, 2001.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. **A Queda Recente da Desigualdade de Renda no Brasil.** IPEA, Texto para Discussão, n. 1258, 2007.

BOURGUIGNON, F. **The Growth Elasticity of Poverty Reduction; Explaining Heterogeneity across Countries and Time Periods.** In T. Eicher and S. Turnovsky, eds. *Inequality and growth. Theory and Policy Implications.* Cambridge: The MIT Press, 2003.

COELHO, J. A. **Os efeitos da renda e da desigualdade na redução da extrema indigência no Brasil.** Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia - CAEN, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

FERREIRA, C. R. **Participação das aposentadorias e pensões na desigualdade da distribuição da renda no Brasil no período de 1981 a 2001.** Tese de Doutorado, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” - ESALQ, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.

HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

HERRÁN, C. A. **Reduzindo a pobreza e a desigualdade no Brasil**. Brasília: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2005.

HOFFMANN, R. Desigualdade e Pobreza no Brasil no período 1970-1990. **Revista Brasileira de Economia**, v. 49, n. 2, p. 277-94, 1995.

_____. **Distribuição de Renda**: medidas de desigualdade de renda e pobreza. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. Aposentadorias e Pensões e a Desigualdade de Renda no Brasil. **Econômica**. v. 5, n. 1, p. 135-144, 2003a.

_____. **Queda da Desigualdade da Distribuição de Renda no Brasil, de 1995 a 2005, e Delimitação dos Relativamente Ricos em 2005**. In: Barros, R.P.; Foguel, M.N. e Ulysea, G. (org.). Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. IPEA, v. 1, 2006.

HOFFMAN, R.; NEY, M. N. A Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil: Análise de Dados da PNAD, do Censo Demográfico e das Contas Nacionais. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 7-39, 2008.

HOLANDA, M. C; GOSSON, A. M. P. M; NOGUEIRA, C. A. G. **O Índice de Gini como medida de concentração de renda**. IPECE, Nota Técnica, n. 14, 2010.

IPEA. **PNAD 2007**: Primeiras análises. Pobreza e mudança social. v. 1. 2007.

_____. **Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil**. IPEA, Nota Técnica, n. 9, 2007.

LOPEZ, H.; SERVEN, L. **The Mechanics of Growth-Poverty-Inequality Relationship**. The World Bank, 2004. (Mimeo)

MEDEIROS, C. A. “A Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil: Análise de Dados da PNAD, do Censo Demográfico e das Contas Nacionais” por Rodolfo Hoffman e Marlon Gomes Reis. **Econômica**, v. 10, n. 1, p. 41-45, 2008.

NERI, M. **Desigualdade, Estabilidade e Bem-Estar Social**. EPGE, Ensaios Econômicos, n. 637, 2006.

SANTOS, L. A. F.; DULCI, J. A. **Distribuição de renda no Brasil e linha de pobreza: diferentes realidades para diferentes conceitos.** In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, Minas Gerais, 2008.

SANTOS, A. F. B. **Aumento da renda ou redução da desigualdade?** O que é mais eficiente no combate à pobreza: novas evidências para as zonas rurais, urbanas e metropolitanas no Brasil. Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia - CAEN, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

SOARES, S. S. D. **Distribuição de Renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período de 2001 a 2004.** IPEA, Texto para Discussão, n. 1166, 2006.